

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Entre

Junta de Freguesia de Areeiro

E

Animalife – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental

ÍNDICE

1. OBJECTO DO PROTOCOLO	2
2. OBRIGAÇÕES DAS PARTES.....	2
3. VIGÊNCIA E DENÚNCIA	3
4. RESOLUÇÃO.....	3
5. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....	4
6. NOTIFICAÇÕES	4
7. DISPOSIÇÕES FINAIS	4

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

2019

Entre:

Junta de Freguesia de Areeiro, com sede na Rua João Villaret, n.º 9, número de identificação de pessoa coletiva 510832873, representada por Fernando Braamcamp, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia e com poderes para o ato através da Deliberação n.º36/2019, aprovada em reunião de 7 de fevereiro de 2019;

Animalife – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental, associação de direito privado e sem fins lucrativos, com sede na Av. Praia da Victória, 15 - Cave, 1000-245 Lisboa, com número de identificação de pessoa coletiva 510 025 757, representada por Rodrigo Alexandre Fernandes Livreiro, na sua qualidade de Presidente e com poderes para o ato ("**Animalife**");

(Em conjunto, "Partes").

CONSIDERANDO:

- (A) Que os animais de companhia trazem muitos benefícios no desenvolvimento psicológico, social e na qualidade de vida dos seus donos, diminuindo índices de solidão, depressão, ansiedade e stresse;
- (B) Que os animais de companhia são um excelente suporte emocional para muitas pessoas e famílias;
- (C) Que os animais de companhia têm o papel de facilitadores sociais e de integração de crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência;
- (D) Que muitas famílias atravessam sérias dificuldades e que, apesar do apoio alimentar que recebem das várias instituições de apoio social, não têm qualquer tipo de auxílio para os seus animais;
- (E) Que as dificuldades económicas das famílias levam à entrega dos animais de companhia aos Centros de Recolha Oficial ou à tentativa de doar o animal às Associações Locais;
- (F) Que os Centros de Recolha Oficial e as Associações Locais não conseguem dar resposta a todas as situações, nomeadamente por sobrelotação, facto que leva ao, posterior, abandono dos animais;
- (G) Que a impossibilidade de acesso a apoio básico de produtos alimentares, de higiene e de cuidados veterinários, quando não origina abandono, resulta em danos para a saúde dos próprios animais e pode ser um perigo para a "Saúde Pública";
- (H) Que o abandono de animais de companhia é uma das principais razões para o aumento da problemática da sobrepopulação de animais errantes e silvestres no concelho de Lisboa dado que a maioria dos animais não se encontra esterilizada;
- (I) Que a **Animalife** é uma Associação de âmbito nacional, cuja atividade visa o combate ao abandono de animais de companhia, atuando a montante sobre uma das principais causas de abandono em Portugal: a falta de meios económicos dos seus donos;
- (J) Que a **Junta de Freguesia de Areeiro** pretende apoiar as famílias carenciadas que tenham animais de companhia;
- (K) Que a **Animalife** criou um programa de apoio aos animais das famílias carenciadas que tem por base a atribuição mensal de alimentação e, sempre que possível, de acessórios.

- (L) Que este programa de apoio garante a alimentação adequada e permite conceder o apoio necessário aos animais de companhia das famílias carenciadas combatendo-se, desta forma, o abandono de animais nos concelhos onde a **Animalife** atua; e
- (M) Que a par da alimentação e da concessão de acessórios, a esterilização dos animais abrangidos pelo programa da **Animalife** é também uma das prioridades, através da qual se evita a reprodução animal excessiva e consequentemente o abandono desses animais.

É celebrado e reciprocamente aceite o presente protocolo ("Protocolo"), que se regerá pelas cláusulas seguintes:

1. OBJECTO DO PROTOCOLO

- 1.1. Pelo presente Protocolo as Partes definem as condições de cooperação institucional, que regularão a prestação de alimentação e acessórios, pela **Animalife**, aos animais de companhia das famílias carenciadas residentes no Concelho de Lisboa e assinaladas pela **Junta de Freguesia de Areeiro e pela Animalife ("Famílias Carenciadas")**.

2. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 2.1. A **Junta de Freguesia de Areeiro** compromete-se a:

- (a) Realizar e responsabilizar-se pelo processo de seleção das famílias que deverão ser consideradas Famílias Carenciadas, através de uma avaliação da condição financeira, seleccionando as que estarão aptas a receber apoio no âmbito deste Protocolo;
- (b) Fornecer todas as informações que sejam solicitadas pela **Animalife** para o devido acompanhamento da população-alvo deste Protocolo;
- (c) Divulgar este apoio ou outros da **Animalife** mediante aprovação das Partes; e
- (d) Isentar as pessoas carenciadas do pagamento da taxa do registo e da licença dos respetivos canídeos e felídeos, desde que, reúnam os requisitos constantes no Regulamento e Tabela de Taxas e Preços da Freguesia de Areeiro.

- 2.2. A **Animalife** compromete-se a:

- (a) Após a sinalização das Famílias Carenciadas pela Junta de Freguesia, a avaliar as condições dos animais de companhia dessas famílias, e a decidir, de forma unilateral, se poderão receber apoio e por quanto tempo. A avaliação terá por base, entre outros, os seguintes parâmetros:
 - (i) Número de animais do agregado familiar;
 - (ii) Vacinação;
 - (iii) Esterilização;
 - (iv) Identificação eletrónica (CHIP);
 - (v) Relação afetiva da família com o animal;
 - (vi) Existência de maus tratos;
 - (vii) Risco de reprodução;



- (b) Informar a **Junta de Freguesia** das Famílias Carenciadas que foram selecionadas, de entre as que inicialmente tinham sido sinalizadas pela **Junta de Freguesia**, para receber o apoio determinado no presente Protocolo;
- (c) Proceder à entrega de alimentação e acessórios, de acordo com as necessidades de cada família e respetivos animais de companhia, dentro das possibilidades da **Animalife**.
- (d) Informar mensalmente a **Junta de Freguesia** do número de atendimentos e apoios realizados no âmbito do presente Protocolo; e
- (e) Elaborar e partilhar um Relatório de Atividade Trimestral relativo às ações desenvolvidas no âmbito do presente Protocolo.

3. VIGÊNCIA E DENÚNCIA

O presente Protocolo terá a vigência de um (1) ano a contar da data de assinatura, renovando-se automaticamente por iguais períodos sucessivos, exceto se a **Junta de Freguesia** ou a **Animalife** o denunciarem com uma antecedência mínima de trinta (30) dias em relação à data do seu termo inicial ou da sua renovação ou o resolver de acordo com as disposições deste Protocolo.

4. RESOLUÇÃO E REVOGAÇÃO

- 4.1. Qualquer das Partes poderá resolver imediatamente este Protocolo, mediante notificação por escrito à outra Parte, em qualquer uma das seguintes circunstâncias:
 - (a) Quando a outra parte não tenha cumprido qualquer das suas obrigações previstas na cláusula 2 e a mesma parte não tenha posto fim à situação de não cumprimento no prazo de oito (8) dias após a receção de notificação escrita da parte que decidiu resolver o Protocolo, com os fundamentos de tal decisão e convidando a parte inadimplente ao cumprimento;
 - (b) Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração; e
 - (c) Sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência da relação estabelecida.
- 4.2. Para os efeitos da cláusula anterior, o cumprimento das obrigações em falta ainda será do interesse do credor se a parte inadimplente puder cumprir a prestação a que se encontra obrigada em todos os seus elementos com exceção do prazo, desde que o prazo da prestação não seja essencial.
- 4.3. A parte que decida resolver o Protocolo com base na alínea (c) da cláusula 4.1 deverá notificar a outra parte da sua decisão de resolução bem como os fundamentos de tal decisão.
- 4.4. Sem prejuízo do direito de resolver este Protocolo ao abrigo da cláusula 4.1, o não cumprimento por qualquer uma das Partes das suas obrigações emergentes deste Protocolo concede à outra parte o direito a ser indemnizada pelos danos daí resultantes.
- 4.5. O presente Protocolo poderá ser revogado por acordo das Partes.

5. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Qualquer litígio entre as partes emergente deste Protocolo, ou relativo ao mesmo, será submetido à jurisdição do foro da Comarca de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

6. NOTIFICAÇÕES

6.1. Todas as notificações ou comunicações a serem efetuadas nos termos deste Protocolo deverão ser reduzidas a escrito e transmitidas por correio registado para a destinatária na morada constante do cabeçalho do presente Protocolo, por correio eletrónico ou fax para os seguintes endereços:

(a) **Junta de Freguesia de Areeiro:** geral@jf-areeiro.pt;

(b) **Animalife:** geral@animalife.pt;

6.2. Quaisquer notificações enviadas pelo correio considerar-se-ão recebidas no terceiro dia útil após a data do envio. Quaisquer notificações enviadas por correio eletrónico, fax ou outros meios eletrónicos considerar-se-ão recebidas no momento da sua transmissão desde que transmitidas durante o horário normal de trabalho no local do destinatário. Caso contrário, considerar-se-ão recebidas no início do horário normal de trabalho do primeiro dia útil seguinte à sua transmissão.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Este Protocolo constitui o acordo integral entre as partes e revoga quaisquer negócios, declarações ou acordos entre as partes, escritos ou orais, anteriores à data de celebração deste Protocolo.

7.2. Este Protocolo apenas poderá ser alterado ou sofrer um aditamento mediante acordo escrito e assinado por um representante devidamente autorizado de cada uma das partes.

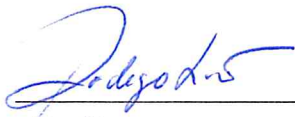
7.3. Caso alguma disposição deste Protocolo venha a ser declarada inválida por um tribunal de jurisdição competente, tal disposição ter-se-á por não escrita em nada prejudicando a validade das restantes disposições.

7.4. Nenhuma das partes poderá ceder os direitos ou as obrigações emergentes deste Protocolo a qualquer terceiro, sem o prévio consentimento por escrito das outras partes.

7.5. Cada uma das partes suportará as respetivas despesas relativas à preparação, celebração e execução do presente Protocolo.

Feito em Lisboa, aos 7 de fevereiro de 2019.

Junta de Freguesia Areeiro
Fernando Braamcamp
Presidente



Animalife

Rodrigo Alexandre Fernandes Livreiro

Presidente